

IC - Inquérito Civil N. 06.2022.00003477-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do sua Promotora de Justiça Caroline Cabral Zonta, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, com atribuição para atuar na Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, doravante denominada **COMPROMITENTE**, com apoio técnico do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**, pelo seu 13º Batalhão, neste ato representado pelo Comandante **JOÃO PAULO FRANCISCO**, e a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBORIÚ**, inscrito no CNPJ sob o n. 10.257.397-0001/55 neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **RENATO PEDRO DA CONCEIÇÃO JÚNIOR**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00003477-2, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que, por disposição do art. 129, inc. III, da Constituição Federal, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

CONSIDERANDO que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de

regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013, que dispõem sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n. 16.157, de 7 de novembro de 2013, que *"Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências"*, em seu art. 2º, estabelece que *"A concessão de alvará de construção, de habite-se ou de funcionamento pelos Municípios fica condicionada ao cumprimento desta Lei, observados também outros requisitos previstos na legislação municipal, estadual ou federal"*;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 4º da Lei Estadual n. 16.157, de 7 de novembro de 2013, *"Verificada a regularidade do imóvel e o cumprimento integral desta Lei, o Corpo de Bombeiros concederá atestado de: [...] II – vistoria para habite-se, para alvará de habitação de imóveis; [...]"*;

CONSIDERANDO a instauração deste Inquérito Civil a partir de informação obtida pelo Corpo de Bombeiros Militar, de que o Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen, embora possua projeto preventivo e de incêndio aprovadoS em 12/4/2019, deixou de solicitar a vistoria para habite-se, mesmo com a concessão de três prazos pelo Corpo de Bombeiros Militar;

CONSIDERANDO que, em razão do ginásio ser uma construção antiga, a realização de eventos é permitida com a emissão do Atestado em Regularização, **desde que o evento não ultrapassem 1.000 (um mil) participantes;**

CONSIDERANDO que, entre os dias 22/4/2023 e 1º/5/2023, há previsão de acontecer, em Camboriú, o 38º Congresso Internacional dos Gideões Missionários da Última Hora, evento para o qual a expectativa de público ultrapassa 80.000 (oitenta mil) pessoas, e que o Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen cedia o evento nos últimos quatro dias, recebendo, por certo, muito mais do que capacidade atualmente permitida pelo Corpo de Bombeiros Militar;

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas medidas tendentes a sanar as irregularidades apontadas e para que a realização do 38º Congresso Internacional dos Gideões Missionários da Última Hora não seja prejudicada por omissão do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração do projeto preventivo de

incêndio apresentado em 2019, consistente na modificação e criação de saídas de emergências, além do cálculo de estimativa de público em arquibancadas;

CONSIDERANDO o prazo concedido pelo Corpo de Bombeiros Militar para alteração do referido projeto, até dia 31/01/2023,

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto sanar as irregularidades apontadas no Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen, que não possui Habite-se concedido pelo Corpo de Bombeiros Militar;

CLÁUSULA SEGUNDA: o **COMPROMISSÁRIO** se obriga, até o dia 31/1/2023, a apresentar novo Projeto Preventivo contra Incêndio, com as alterações indicadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, consistentes na modificação e criação de saídas de emergências, além do cálculo de estimativa de público em arquibancadas;

CLÁUSULA TERCEIRA: O **COMPROMISSÁRIO**, após a análise e aprovação do novo Projeto Preventivo pelo Corpo de Bombeiros Militar, fica obrigado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a cumprir integralmente o projeto preventivo, incluindo a formulação do pedido de vistoria para Habite-se;

CLÁUSULA QUARTA: O **MINISTÉRIO PÚBLICO**, ora **COMPROMITENTE**, se compromete a não adotar qualquer medida cível coletiva ou individual contra o **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido no seu termo;

CLÁUSULA QUINTA: O **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**, pelo seu 13º Batalhão, assume o compromisso de fiscalizar as obrigações assumidas pelo **COMPROMISSÁRIO** nas cláusulas segunda e terceira, e, após o vencimento dos prazos estabelecidos para as referidas cláusulas, informar ao **MINISTÉRIO PÚBLICO**, ora **COMPROMITENTE**, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sobre o respectivo cumprimento e apresentar a cópia do Habite-se da Edificação mencionada na Cláusula Segunda, caso emitido;

Parágrafo único. Caso o **COMPROMISSÁRIO** não cumpra quaisquer das obrigações assumidas no prazo estipulado nas cláusulas segunda e terceira, o **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**, pelo seu 13º Batalhão, comunicará o fato ao **COMPROMITENTE**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o termo final estabelecido para adimplemento da respectiva obrigação.

CLÁUSULA SEXTA: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, o **COMPROMISSÁRIO** sujeitar-se-á, relativamente às suas obrigações e a título de cláusula penal:

7.1. notificação de advertência, com prazo de 48 horas, para regularização, sob pena de imediata propositura das medidas judiciais cabíveis;

7.2. em incidência de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), limitado a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada compromisso descumprido, a ser recolhida ao Fundo de Reparação de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, Conta corrente n. 63.000-4, Agência n. 3582-3, Banco do Brasil, conforme art. 13, da Lei Federal n. 7.347/85, sem prejuízo das medidas civis, criminais e administrativas a serem adotadas.

CLAUSULA SÉTIMA: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 49, § 1º do Ato 395/2018/PGJ.

As partes elegem o foro da Comarca de Camboriú/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n.

7.347/85 e o artigo 49, § 1º do Ato n. 395/2018/PGJ.

Camboriú, 12 de dezembro de 2022.

[assinatura digital]

CAROLINE CABRAL ZONTA

Promotora de Justiça

JOÃO PAULO FRANCISCO

Corpo de Bombeiros Militar

RENATO PEDRO DA CONCEIÇÃO JUNIOR

Fundação Municipal de Esportes

ELOIR DE SOUZA

Diretor do SSCI